

# A ocupação de espaços rurais no município de Osório-RS<sup>1</sup>

Vítor André da Silveira Duarte<sup>2</sup>  
Amanda da Silveira Duarte Gomes<sup>3</sup>  
Victor Fernandez Nascimento<sup>4</sup>  
Marlise Amália Reinehr Dal Forno<sup>5</sup>

---

## Resumo

Sabe-se que cerca de 85% da população brasileira reside em áreas consideradas urbanas as quais têm se expandido e alcançado cada vez mais territórios rurais. Neste estudo fez-se um levantamento de temas relacionados à urbanização, ruralidade e com a nova ruralidade. Como área de estudo escolheu-se quatro loteamentos localizados nas áreas periféricas do município de Osório, um dos polos de sua região no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Para identificar as características socioeconômicas das pessoas que residem ou possuem casas nestes loteamentos e poder caracterizar estes espaços foram aplicados questionários compostos de 17 perguntas para 22 pessoas de diferentes unidades habitacionais. Os resultados demonstraram que as pessoas que ocupam esses loteamentos para fins de moradia são de baixa renda, com edificações preponderantemente de até 50m<sup>2</sup>. Também se identificou diferença no perfil dos que utilizam os loteamentos para fins de moradia em comparação com os que utilizam como segunda residência, com o primeiro grupo tendo imóveis menores e renda inferior em relação ao segundo, sendo que quem adquiriu um imóvel para residir fixamente buscou preços baixos na aquisição do terreno, enquanto quem buscou uma segunda residência o fez para usufruir de suas características naturais. Conclui-se que estes processos vêm trazendo uma nova formatação a esse ambiente, que não deixa de ser rural, mas que assume características urbanas, um “novo rural”, propício ao turismo, o qual tem potencial para o desenvolvimento econômico e social e é, ao mesmo tempo, um desafio de manutenção e planejamento em longo prazo.

**Palavras-chave:** Novo Rural. Turismo. Segunda Residência. Planejamento Urbano. Desenvolvimento Urbano e Regional.

## The rural spaces occupation in Osório-RS municipality

### Abstract

*It is knowing that around 85% of Brazilian people live in the urban areas that has been expanded and reached the rural lands. In this study, a survey was made of themes related to urbanization, rurality, and the new rurality. As a study area, four subdivisions were chosen located in the peripheral areas of the municipality of Osório, one of the poles of its region on the North Coast of Rio Grande do Sul. To identify the socioeconomic characteristics of the people who reside or own houses in these subdivisions and to be able to characterize these spaces were applied questionnaires composed of 17 questions for 22 people from different housing units. The results showed that the people who occupy these subdivisions for housing purposes are of low income, with buildings predominantly up to 50m<sup>2</sup>. There was also a difference in the profile of those who use subdivisions for housing purposes compared to those who use them as a second home, with the first group having smaller properties and lower income compared*

---

<sup>1</sup> Uma versão modificada deste trabalho foi publicada nos Anais do III Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável (2019).

<sup>2</sup> Mestrado em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Servidor técnico administrativo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). <https://orcid.org/0000-0001-9847-2863> Email: [vitor.andre.sd@gmail.com](mailto:vitor.andre.sd@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrado em Desenvolvimento Regional (FACCAT). Professora na educação básica da Cruzeiro do Sul Virtual - Polo Torres. <https://orcid.org/0000-0003-2793-7568> Email: [amandasduartegomes@gmail.com](mailto:amandasduartegomes@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre (INPE) e Pós-doutorado em Sensoriamento Remoto (UFRGS). Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FACCAT. <https://orcid.org/0000-0002-3311-8190> Email: [victorfnascimento@gmail.com](mailto:victorfnascimento@gmail.com)

<sup>5</sup> Doutorado em Geografia (UFRGS). Professora-pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDR-UFRGS) – campus Litoral Norte. <https://orcid.org/0000-0003-1486-8540> Email: [marlise.forno@ufrgs.br](mailto:marlise.forno@ufrgs.br)

*to the second, and those who acquired a property to live fixedly sought low prices for land acquisition, while those looking for a second home did so to take advantage of its natural characteristics. It is concluded that these processes have brought a new format to this environment, which is still rural, but which takes on urban characteristics, a "new rural", conducive to tourism, which has the potential for economic and social development and is, at the same time, a long-term maintenance and planning challenge.*

**Keywords:** *New Rural. Tourism. Second Residence. Urban Planning. Urban and Regional Development.*

## **La ocupación de espacios rurales en el municipio de Osório-RS**

### **Resumen**

*Se ha sabido que cerca de 85% de la población brasileña reside en áreas consideradas urbanas y han se expandiendo y llegado a territorios rurales. En este estudio se ha realizado una recopilación de temas que se relacionan a la urbanización, ruralidad y a la nueva ruralidad. Se ha escogido como área de estudio cuatro asignaciones que se encuentran en las áreas periféricas del municipio de Osório, uno de los centros urbanos de su región, en Litoral Norte del Rio Grande do Sul. En búsqueda de identificar las características socioeconómicas de las personas que viven o tienen casas en esas asignaciones, se ha realizado cuestionarios con 17 preguntas a 22 ocupantes de las unidades de habitación. Los resultados apuntaron que los ocupantes que viven en esas asignaciones tienen baja renda, y sus edificaciones tienen, en su mayoría, hasta 50m<sup>2</sup>. También se ha identificado diferencias entre los perfiles de quien reside en las casas y quien hace uso para segunda residencia, en que se observa que lo primero grupo tiene propiedades menores y renda inferior con relación al segundo grupo, y las razones para la escoja de la adquisición también fueran distintas: los residentes fijos buscaran bajos precios, mientras los de segunda residencia eligieron visando provechar sus características naturales. Se ha concluido que esos procesos han traído una nueva conformación para ese ambiente, que no deja de ser rural, pero asume características urbanas, un "nuevo rural", favorable al turismo, que tiene potencial para lo desarrollo económico y social, se haciendo, simultáneamente, un reto a la manutención y planeamiento a largo plazo.*

**Palabras clave:** *Nuevo Rural. Turismo. Segunda residencia. Planeamiento. Desarrollo Regional y Urbano.*

### **1 Introdução**

A população mundial está crescendo e deve chegar, até 2050, a quase 10 bilhões de pessoas, segundo projeções da ONU - Organização das Nações Unidas (2019), que prevê ainda que cerca de 70% das pessoas viverão em zonas urbanas (ONU, 2019b) e a consequente transformação do rural periférico em áreas urbanas, semiurbanas ou, ainda, em 'novos rurais' (MUNIZ; SOUZA. 2018).

A ocupação dos espaços nas cidades grandes e médias, principalmente no começo do século XX, promovida pela industrialização e urbanização acelerada, com deslocamento populacional para áreas periféricas, suburbanas, com fins de habitação, gerou um déficit habitacional e consequentes problemas sociais de ocupação desordenada e em condições precárias (SOUZA, 2001). Nesses cenários pôde-se observar a necessidade de ocupação territorial em torno dos centros urbanos que concentravam as indústrias, com a remessa de mão de obra oriunda do campo para emprego em atividades urbanas.

Para Muniz e Souza (2018), o Brasil vem percebendo um avanço daquilo que é urbano sobre o rural como consequência das políticas econômicas de valorização da agricultura

tecnológica, integrada à economia de mercado, gerando concentração de renda para grandes latifundiários e excluindo dessas dinâmicas o pequeno agricultor, com áreas agricultáveis menores. Desta forma, o pequeno produtor, vendo enfraquecida sua principal forma de renda vai encontrar na especulação imobiliária e no turismo rural outras fontes de renda, loteando suas terras, muitas vezes de forma precária e legalmente irregular. Para Marques (2002, p. 106) “a cidade em expansão prolifera e com seus subúrbios invade o campo”.

Este mesmo fenômeno é facilmente percebido nas dinâmicas de expansão das áreas urbanas ou semiurbanas do município de Osório, que vê sua população rural encolher rapidamente, oferecendo seus espaços tradicionalmente rurais e campestres para pequenos loteamentos para uso de moradia fixa ou segunda residência.

Osório está localizado na região do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), distante apenas 100 km da capital, Porto Alegre, e conta com uma extensão territorial de 663 km<sup>2</sup> e população estimada em 45.994 pessoas em 2019, segundo dados do IBGE (2020).

Figura 1 – Localização do município de Osório



Fonte: elaboração dos autores

No município de Osório, encontra-se uma grande diversidade de lagoas, algumas delas interligadas, e ainda um cenário de planície, na parte do território mais em direção ao mar, mas com boa parte ocupada por morros, onde se inicia a Serra do Mar. É, assim, um local de aspectos naturais que configuram um ambiente diversificado, com variadas formações geográficas compartilhando o seu território (RUFINO, 2007).

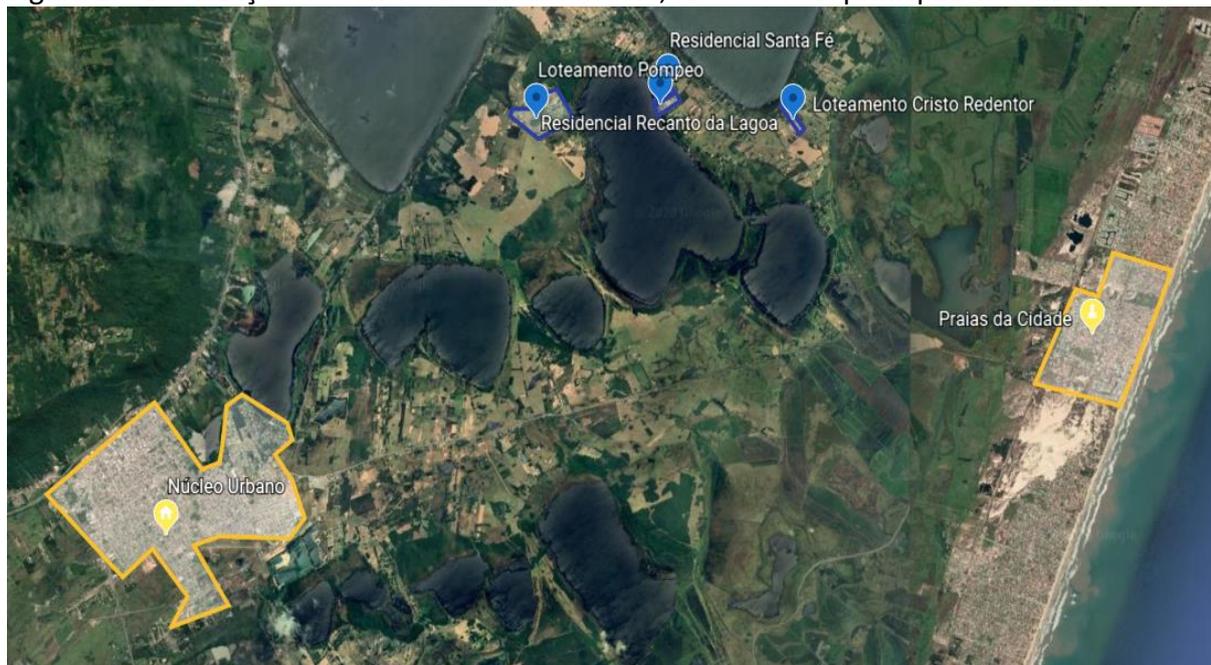
Dada a formação geográfica da região em que se localiza o município estudado nesta pesquisa, a ocupação dessas áreas de limbo, que apresentam características ora rurais ora urbanas, a depender de quais fatores são observados, ocorre por diversas razões, especialmente por fatores de bem-estar social, como o contato com a natureza e proximidade com familiares, visto que ao longo da história recente houve pouco crescimento das atividades industriais. Dessa forma, Osório tem o entorno de seu núcleo urbano ocupado por diversos formatos de condomínios (formais ou apenas loteamentos cercados), onde a atividade industrial e comercial é praticamente nula.

Nesse cenário, como se tem visto em diversos outros municípios no Brasil, começam a ocorrer movimentos ocupacionais de urbanização (formal e informal), e se percebe claramente um avanço de loteamentos e condomínios sobre áreas próximas a lagoas, canais, mar, que são atrativos naturais da paisagem, além de outras áreas com características rurais ou de maior afastamento do centro urbano.

As lagoas observadas nas figuras 2 e 3 merecem destaque, porque é a disposição delas que ocasiona ou condiciona alguns desses processos de ocupação e uso do território discutidos neste artigo. Os loteamentos estudados, bem como seus vizinhos similares encontram-se geralmente às margens destas lagoas. Em geral, esses residenciais formam-se de uma rua perpendicular à Estrada Domingos Manoel Pires, indo em direção à lagoa, com os lotes sendo formados à beira dessa via de acesso. Em alguns casos, em que os loteamentos são maiores, outras ruas transversais são formadas, criando, portanto, mais desdobramentos.

Visando facilitar a localização do centro da cidade, bem como dos loteamentos (residenciais) de Palmital (sem limites definidos), que é a localidade que abrange os loteamentos aqui estudados, dentro do contexto do município, seguem imagens dos mapas (Figura 2 e Figura 3, na página seguinte) obtidas com uso da ferramenta de mapeamento do Google Earth.

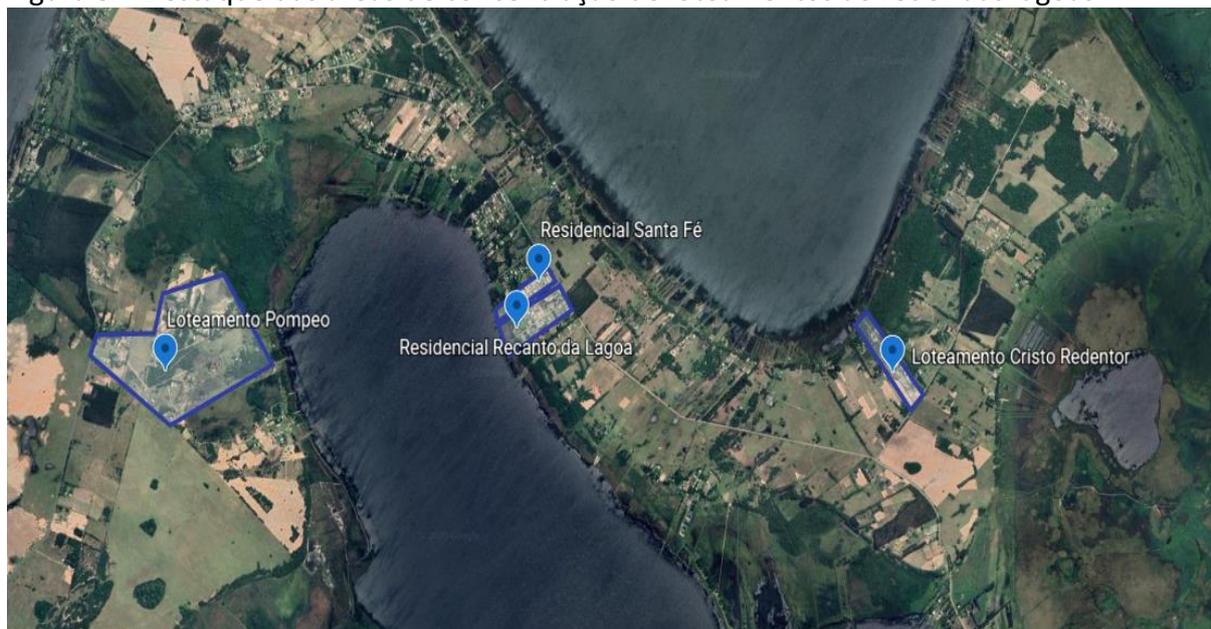
Figura 2 – Localização do centro urbano de Osório, RS e de seus principais loteamentos



Fonte: Google Earth. Elaboração dos autores

As áreas mais periféricas vêm sendo utilizadas cada vez mais pela população de classes média e alta. Em geral, seu uso se dá fins de investimento ou para uso como imóveis de segunda residência, principalmente em áreas mais nobres e/ou próximas de atrativos naturais, estritamente para lazer, contribuindo com uma das formas do que se conhece por “nova ruralidade” (LOCATEL, 2013).

Figura 3 – Destaque das áreas de concentração de loteamentos ao redor das lagoas



Fonte: Google Earth. Elaboração dos autores

Justifica-se o interesse nesta análise e discussão no fato de que o constante crescimento da ocupação das áreas rurais para fins de segunda residência oferece riscos ecológicos e sociais, ao mesmo tempo em que oferece oportunidades de desenvolvimento econômico para essas regiões, conforme Strohaecker *et al.* (2006), seja pelo aquecimento do mercado imobiliário e valorização fundiária, seja pelo turismo de segunda residência e a mercantilização da paisagem (SOUZA; MATIAS; SELVA, 2016).

O concreto entendimento espacial do território e suas particularidades oferece a possibilidade de uma melhor definição dos problemas que se apresentam, de modo que o combate a esses desafios, via políticas públicas, deve estar embasado na realidade percebida na vida do município, estado ou região para que seja efetivo em seus propósitos (TALASKA; ARANTES; FARIAS, 2009).

Neste artigo procura-se explicar e compreender como está ocorrendo esse processo de ocupação das áreas periféricas ao núcleo urbano de Osório e como essa modificação na paisagem socioespacial do ambiente rural pode ser interpretada. Além disso, busca-se compreender o perfil das pessoas que constroem ou adquirem imóveis nessas áreas, qual o perfil de utilização desses imóveis, renda, origem, tamanho das famílias, entre outros aspectos que possibilitem um melhor entendimento das perspectivas e necessidades dessas pessoas.

## **2 Revisão teórica e contextualização**

Para que se possa entender o contexto de uma região, sua formação e configuração urbana e as relações geográficas e sociais é necessário conhecer, a princípio, as etapas pelas quais a cidade foi se alterando ao longo do tempo, ou seja, quais as modificações que foram ocorrendo nas atividades humanas e como elas influenciaram na organização do espaço e no desenvolvimento regional (MORIGI; BOVO; TÖWS, 2012). Os conceitos de urbano e de rural vêm sendo estudados nos últimos anos, trazendo diversas discussões em diferentes óticas e a “definição de cidade e as delimitações de urbano e rural, em alguma medida poderiam ser apontadas como limitações ainda a serem superadas em estudos sobre rede urbana” (EGLER et al, In: IPEA, 2011, p. 71).

O espraiamento do fenômeno urbano foi acionado pela expansão do capital industrial. A explosão do urbano determina o predomínio das manifestações da cidade sobre a ‘não cidade’. Tais manifestações são encontradas, contudo, em diferentes graus de densidade. Diante disso, a realidade socioespacial torna-se cada vez mais complexa. Os espaços rural e urbano não podem

ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente (REIS, 2006).

Algumas definições apontam o “urbano” como sinônimo de cidade e “rural” como sinônimo de campo, como aponta Veiga (2006), ao comparar as contradições de características entre as definições antagônicas. Cassilha e Cassilha (2012), por sua vez, definem a área rural como aquela onde as propriedades são maiores e as atividades são voltadas para o setor primário da economia (agropecuária e pesca). No entanto, para Bezerra e Bacelar (2013), o rural não deve ser encarado como um “resíduo do urbano”, mas a definição de uma tipologia do rural brasileiro. Além disso, os contextos territoriais e as distintas formas de relacionamento das áreas rurais com os centros urbanos devem ser considerados, uma vez que urbano e rural mantêm relações diferenciadas de interdependência e complementaridade.

Já o urbano é traduzido como conceito de centralidade por alguns autores, vislumbrando o “lugar onde as coisas acontecem”, ou seja, onde há um processo de maior dinamismo. Outra definição sobre o urbano é trazida por Cassilha e Cassilha (2012) que descrevem que as áreas urbanas são formadas a partir das sedes dos distritos administrativos, sendo que o principal distrito é denominado de distrito-sede e abriga o Poder local (Executivo e Legislativo). Normalmente, essas áreas se caracterizam por apresentarem maior densidade demográfica ou populacional e maior densidade construída do que na área rural, e são conhecidas como ‘cidades’.

Conforme observamos em Delgado et al (2013), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estabelece a ruralidade através de um sistema relacional, no qual as regiões são definidas em três etapas: considerando a densidade populacional; distribuição da população em áreas mais ou menos urbanizadas; e proximidade com outros centros urbanos.

A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2011) traz outra forma de definir o urbano e o rural, tentando traduzir as diferenças locais dos diversos países e regiões do mundo e buscando contemplar os novos arranjos que tanto o urbano quanto o rural proporcionam na atualidade, utilizando para isso o cruzamento dos seguintes critérios:

- 1 - Densidade demográfica, tomando como referência o padrão da OCDE, que considera rurais os territórios cuja densidade é menor que 150 hab/km<sup>2</sup>;
- 2 - Participação da agropecuária no emprego, onde locais com 35% ou mais da População Economicamente Ativa ocupada em atividades do primeiro setor (agricultura, pecuária e atividades florestais) são consideradas rurais.

Essa classificação da CEPAL separa os distritos em seis categorias, conforme o nível de emprego na agricultura e a densidade demográfica. Há ainda outras classificações, como a da FAO, Banco Mundial e a do Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), geralmente focando especificidades do ambiente rural. Sem falar no critério do IBGE, que considera todo centro administrativo como um território urbano e toda a crítica que se faz a este critério (VEIGA, 2007).

Nas proposições de políticas de desenvolvimento regional é importante observar que, geralmente, elas são resultantes de preocupações com os aspectos gerais da região, mas acabam descartando as particularidades que ocorrem dentro dos municípios, especialmente de cidades conurbadas.

No caso do município de Osório, a população total, em 2016, era de 40.906 habitantes, com 92,7% da população classificada como urbana, segundo o IBGE, e uma densidade demográfica de 61 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km<sup>2</sup>). Por sua densidade populacional, pode-se classificá-lo como rural em muitas linhas de análise (ainda que adaptando critérios utilizados para regiões), sendo que para Veiga (2007), seria necessário atingir densidade de pelo menos 80 hab/km<sup>2</sup> e população de pelo menos 50 mil habitantes. Portanto, considerando estes dois últimos critérios de classificação, o município de Osório não se adequaria em nenhum deles para que pudesse ser considerado urbano.

Entretanto, por suas características naturais e pela dispersão populacional, a área do município é quase totalmente rural, porém o núcleo central, a cidade, concentra quase a totalidade da população, sendo que nestas áreas centrais, a densidade demográfica é bem mais alta, assemelhando-se a cidades de maior porte.

Portanto, como pode ser observado na Figura 2, acima, existe um certo isolamento do núcleo municipal de Osório, devido ao recorte das rodovias que o circundam, somados aos limites geográficos da Serra Geral a Oeste e do Oceano Atlântico a Leste e por fim, um extenso mosaico de lagoas e canais distribuídos neste território e que compõem a paisagem do município. Dessa forma, a ocupação territorial concentra-se nessa faixa entre os limites geográficos. Por não haver conurbação com outras cidades, torna-se difícil o espraiamento contíguo da sede municipal para as demais aglomerações habitacionais. No entanto, Osório tem percebido uma ocupação bastante acelerada das áreas antes estritamente rurais para fins de moradia.

Importante destacar, que o Plano Diretor de Osório publicado em 2015 caracteriza essas áreas, onde estão localizados os loteamentos, como Zona Urbana Extensiva ou Zona Urbana Semi-Extensiva (núcleos), conforme previsão na Lei Municipal 3.902 e alterações, Artigo 13.

Porém, estes loteamentos não serão tratados como urbanos neste estudo, uma vez que, baseado em várias metodologias de conceituação, e o problema da classificação interna dos municípios, entende-se necessário contrapor tal classificação para esta produção, em consonância com o fenômeno chamado de nova ruralidade, tratando esses espaços como uma área rural urbanizada em função de seu uso (LOCATEL, 2013).

Portanto, nesta pesquisa foi considerado como urbano o núcleo central do município, com sua densidade demográfica elevada, infraestrutura urbana, ruas pavimentadas, proximidade e proporção dos serviços essenciais disponíveis, bem como os bairros adjacentes que estejam diretamente conectados com a parte central e que atendam esses critérios pré-definidos a cidade. Como rural são considerados os locais afastados desse núcleo central e que estejam próximos dos aspectos naturais particulares do meio rural (campos, propriedades maiores, vida selvagem mais presente), adotando o conceito visto em Veiga (2007), em que o rural se caracteriza por ter maior proximidade com a natureza não afetada pelo Homem.

Como visto anteriormente, o município de Osório está localizado em uma região geográfica rica em paisagens e aspectos naturais que proporcionam ambientes variados. Desde sua formação, o município utiliza boa parte dessas áreas para a agropecuária, especialmente o entorno das lagoas, na parte de planície, bem como a encosta e o alto da serra. Vale destacar, que as suas lagoas sempre tiveram papel importante nas atividades econômicas do município, seja pelos caminhos que se formaram ao seu redor, ou pelo uso para transporte de cargas, a partir de 1840, além da exploração pela pesca artesanal e pelo turismo, mesmo que singelamente (SILVA, 2014).

Na parte costeira do mar, a ocupação se deu mais tardia, tendo seu primeiro impulso a partir de 1888 e se consolidando a partir de 1939, conforme Lopes, Luis e Anjos (2018), limitando o estudo à área que hoje pertence a Osório, excluindo áreas emancipadas, visto que a parte costeira do município era um espaço não utilizado para fins de produção econômica, apenas servia de ponto de passagem, pouco convidativo e hostil por sua natureza e que só recentemente veio se tornar local de veraneio e de segunda residência.

Nos últimos anos, o município de Osório perdeu uma parcela significativa de terras destinadas ao plantio (conceitualmente, terras rurais), principalmente devido às divisões do território, sendo que a mais recente aconteceu em 1992 quando da emancipação do município de Maquiné, que levou consigo uma área do mesmo tamanho que Osório tem hoje, com características majoritariamente rurais.

Por esse motivo, Osório passou de 576 ha plantados antes da emancipação de Maquiné para apenas 276 ha. Nesse mesmo período, coincidentemente, começaram a diminuir gradativamente as terras de plantio no município e, paralelamente a isso, iniciaram os processos de loteamentos de áreas que antes eram utilizadas pela agropecuária. O mesmo processo ocorreu com a pecuária em Osório, que desde a emancipação de Maquiné passou de 70.628 cabeças, em 1994, para apenas 39.440 em 2012, conforme dados do IBGE (2015). A comparação dá-se por cabeças, neste caso, porque não foram encontradas informações sobre área destinada à pecuária.

Mesmo após as emancipações, e conseqüentemente a diminuição no território de Osório, a porção de terras utilizáveis para a agropecuária ainda era consideravelmente grande. Neste estudo, foca-se na conversão da ocupação dessas áreas de agropecuária para locais de moradia ou de segunda residência. Esse fenômeno ocorre não só em Osório, mas é observado em esfera nacional e mundial, especialmente em países desenvolvidos, como EUA, França, Holanda, Bélgica, Itália, Espanha, entre outros (LOCATEL, 2013).

Às margens das lagoas no município de Osório, o avanço de loteamentos, geralmente irregulares em relação à lei, apresenta características similares ao que ocorre em balneários marítimos, seguindo a tendência de baixa densidade populacional, apesar de aumento expressivo do número de construções, precariedade de infraestrutura, entre outras características das cidades ou localidades litorâneas que vêm surgindo nos últimos anos (CHEMIN, 2014).

Dessa forma, Osório apresenta seu território rural em fase de transição, com cada vez menos terras agricultáveis e mais residências, formando loteamentos e condomínios, geralmente à beira de lagos ou canais, com uso especialmente para turismo ou para residência de aposentados, o que é condizente com o conceito das novas ruralidades.

Osório é cercado por importantes rodovias, que ligam o litoral ao centro e capital do Rio Grande do Sul, bem como com o Norte e o Sul do Brasil. Pela rodovia BR 101 chega-se a Santa Catarina e toma-se o restante do território nacional. A rodovia BR 290 – *Freeway* – é a continuação da BR 101 e serve de ligação direta entre a região litorânea e a região metropolitana, e pela RSC 101 alcança-se o Sul do estado do Rio Grande do Sul, chegando-se ao porto de Rio Grande. Há ainda outras rodovias importantes, de ligação regional, como a RS-030 e a RS-389 (Estrada do Mar) como pode ser observado na figura 4.

Figura 4 – Vista do núcleo urbano e das rodovias que circundam a cidade



Fonte: Google Earth. Elaboração dos autores (2020)

Portanto, como pode ser observado nas (Figuras 2, 3 e 4) no município de Osório há uma pequena área realmente urbanizada, a cidade, e uma vasta área de terras que têm baixíssima densidade populacional e que, por características naturais, oferece atrativos para turistas e moradores fixos, tanto os que ali residem e trabalham, quanto os que têm seus empregos na zona urbana, dentro e fora de Osório.

### 3 Metodologia

Este trabalho buscou discutir a temática “urbano-rural” ou “campo-cidade” e as novas ruralidades, visitando a literatura existente nesta área de estudo, dentro da realidade do município de Osório, Litoral Norte do Rio Grande do Sul, bem como busca a compreensão da expansão da ocupação territorial nas localidades do Palmital, área rural do município que apresentam mais representativo aumento de espaços ocupados com residências.

O município foi escolhido para esta pesquisa pelos seguintes critérios: boa disponibilidade para a realização das entrevistas, por ser um município polo na região em que se situa – o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, conforme Strohaecker e Toldo Júnior (2007), face a sua dinâmica econômica no oferecimento de serviços especializados que atendem não só a população local, mas também a de seu entorno (DUARTE, 2016), e por contar com características específicas de

concentração populacional no centro urbano e apresentar crescimento acentuado recente de loteamentos para moradia e segunda residência em suas áreas rurais.

Para auxiliar nesta tentativa de entendimento, foi realizada uma pesquisa de campo em loteamentos situados em localidades que vêm demonstrando crescimento em sua população e em número de edificações residenciais, além de uma pesquisa em dados secundários (IBGE, censo agropecuário, censo populacional, informações das cidades), bem como uma análise material textual, em livros e artigos que discutam a questão do urbano-rural e dos processos de ocupação e expansão do urbano.

Durante as visitas a campo, além do reconhecimento da região foram realizadas as entrevistas. No período das entrevistas, foram visitados quatro loteamentos, conforme critério de acessibilidade, sendo realizadas sete entrevistas, utilizando um questionário com 17 perguntas (Quadro 1), no Residencial Recanto da Lagoa, seis no Residencial Santa Fé, cinco no Loteamento Pompeo e quatro no Residencial Cristo Redentor.

Quadro 1 – Questionário aplicado aos entrevistados

Questões da entrevista
Nome completo
Tipo de aglomeração
Nome da aglomeração
Esta é a principal residência da família?
Antes de morar aqui, em qual município você morava?
Casa própria ou alugada?
(Se própria) Esta casa foi construída ou adquirida pronta?
(Se própria) Qual a origem dos recursos para aquisição/construção do imóvel?
Quantas pessoas moram na casa?
Área construída
Tipo de construção
A família possui outra casa?
Possui esta casa há quanto tempo?
O que motivou a vinda para este local?
Renda familiar
Você trabalha em Osório?
Você se sente parte da cidade?

Fonte: Coleta de dados em campo. Elaboração dos autores (2020)

Para a coleta dos dados primários para a realização das análises dos dados primários foi aplicado o questionário para 22 pessoas de diferentes unidades habitacionais em quatro loteamentos (residenciais particulares) na localidade do Palmital, nos dias 9 e 10 (quinta e sexta-feira) de abril de 2015, no período da tarde, entre as 14 e 18 horas. As primeiras perguntas são

para identificação do entrevistado e do local onde a pesquisa foi realizada. As demais se concentram no entendimento do tipo de residência, qualidade, finalidade e contexto de uso da propriedade, como os motivos para a sua aquisição, se para moradia ou passeio e se é para usufruto ou investimento.

#### **4 Resultados e discussão**

A pesquisa consistiu em visitas a campo, pois é uma característica destes locais terem a área pertencente a um proprietário que faz o loteamento de forma a torná-lo mais parecido com os condomínios privados, assim é comum estes terrenos serem cercados e terem portões nas entradas. É também característica destes locais uma rua perpendicular à estrada principal, indo até a margem da lagoa. Os condomínios mais antigos, ou os que possuem uma área longitudinal maior, apresentam ramificações deste acesso principal. Para o ordenamento previsto no Plano Diretor de Osório, estes locais encontram-se irregulares, pois são áreas ainda não desmembráveis e por isso não há escritura pública, nem serviços públicos como água encanada e recolhimento de lixo.

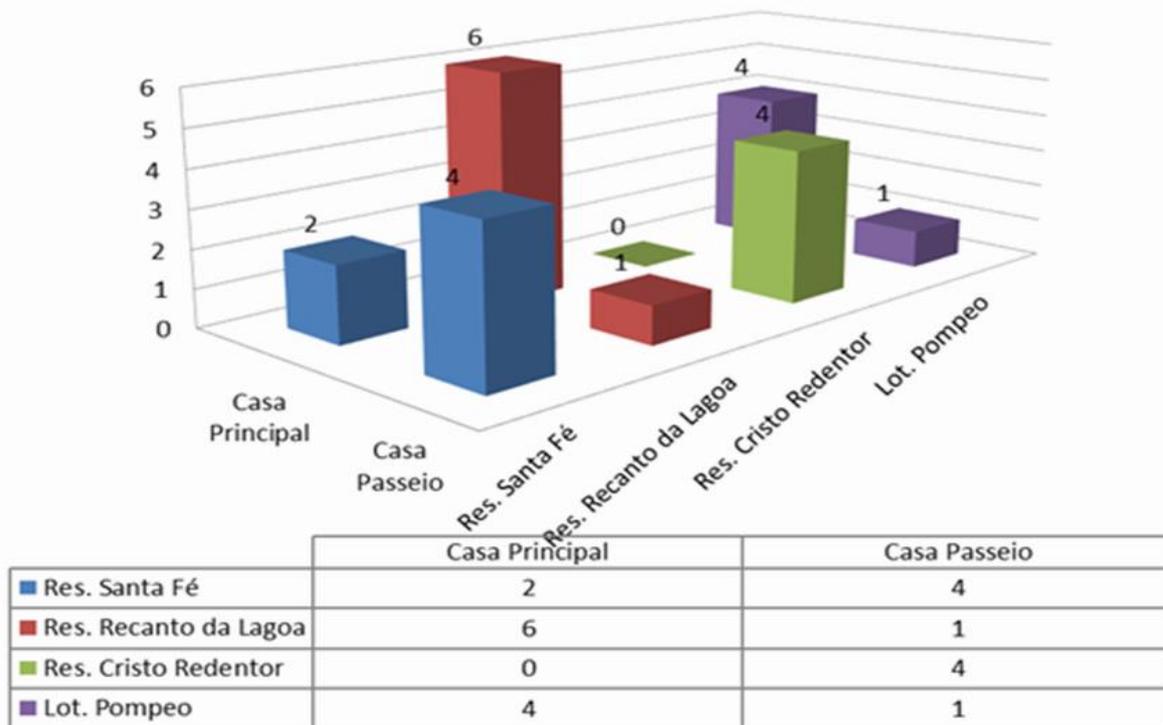
Conforme pôde-se contabilizar, o total de imóveis prontos – descartaram-se imóveis em construção – é de 122 nesses loteamentos. Isto significa que se obteve um total de 18% de unidades habitacionais pesquisadas. Os resultados foram tabulados e serão apresentados em formato de gráfico e discutidos na seção a seguir.

Na (Figura 5) foram classificadas as residências por uso e por local. O que chama atenção aqui é que no Residencial Cristo Redentor nenhum dos entrevistados utiliza a casa como residência principal, enquanto no Recanto da Lagoa a expressiva maioria é de moradores residentes. Isto indica que há características particulares a cada loteamento, mesmo que com proximidade física. Cabe destacar, neste caso, que o Residencial Cristo Redentor fica bem distante dos demais, margeando outra lagoa, a Lagoa da Pinguela, conforme pôde ser observado na figura 2, e que o Residencial Recanto da Lagoa é mais antigo que o Cristo Redentor, segundo informações obtidas com o proprietário de um destes loteamentos e observados na ferramenta análise histórica de imagens do Google Earth.

A maior parte das pessoas que residem nos loteamentos é oriunda de Osório, migrando de áreas mais centrais para estes locais, mais afastados da cidade. A segunda maior porção nesta divisão é oriunda da região metropolitana de Porto Alegre. Outra informação importante, é que a maioria dos entrevistados construíram a sua casa ao invés de adquirir pronta, principalmente

com recursos próprios, sendo ainda que alguns utilizaram herança ou um misto de recursos próprios com empréstimos e/ou financiamentos, o que determina que eles são os primeiros moradores das residências.

Figura 5 – Condição de uso das residências para cada loteamento



Fonte: coleta em campo. Elaboração dos autores (2020)

Cabe salientar que o processo de ocupação destes locais estaria, provavelmente, muito mais avançado se estas áreas fossem regulares e assim permitissem financiamento habitacional, pois para estes locais o empréstimo não é vinculado ao imóvel e, talvez por isso, apenas um dos entrevistados conseguiu e se utilizou exclusivamente de financiamento ou empréstimo.

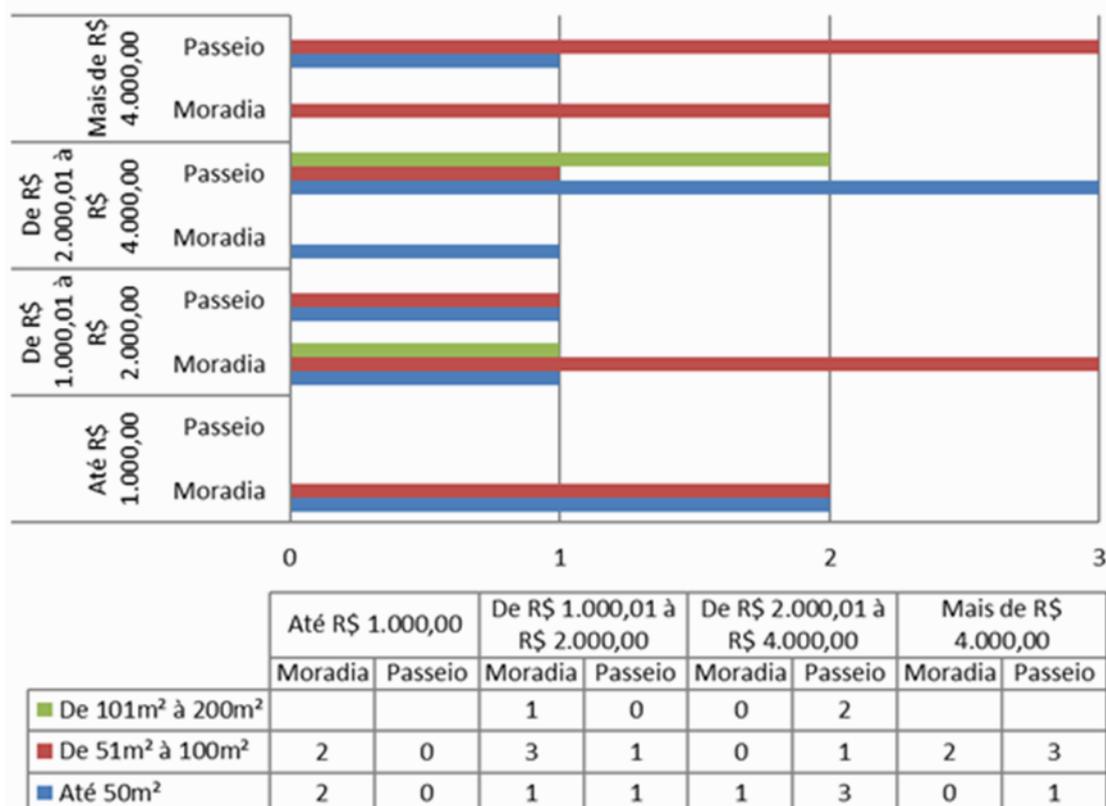
As residências onde se aplicaram as entrevistas se apresentaram 18% ocupadas por cinco ou mais pessoas, característica de casas de passeio, 14% ocupadas por quatro pessoas, 27% ocupadas por três pessoas, 36% ocupadas por duas pessoas e apenas 5% com apenas um morador, o que demonstra que grande parte das residências, especialmente daquelas ocupadas para fins de moradia fixa, são compostas por casais ou pequenas famílias.

Entre as residências usadas para moradia fixa em que a residência é a única casa da família, a média de habitantes é de 2,4 pessoas, sendo que em 58% delas apenas 2 pessoas habitam o imóvel. Se cruzados os dados de trabalho vê-se que 25% destas residências são ocupadas por pessoas aposentadas e os rendimentos médios ficam em até R\$ 2 mil por mês, em 75% delas.

A grande parte das casas, cerca de 46%, possui área construída entre 51m<sup>2</sup> e 100m<sup>2</sup>, sendo a divisão por tipo de construção bem distribuída, com 36% de casas em alvenaria, 36% de casas mistas (alvenaria e madeira) e 27% de casas exclusivamente de madeira.

Nas residências de alvenaria a média de metragem construída fica entre 101m<sup>2</sup> até 200m<sup>2</sup> enquanto as residências mistas e de madeira, possuem área construída de 51m<sup>2</sup> até 100m<sup>2</sup> (Figura 6). Porém, dentre as seis casas de madeira existe uma exceção em que uma casa destoante fica entre 101m<sup>2</sup> e 200m<sup>2</sup>, o que influencia a média para cima. Portanto, importante destacar que as casas em madeira são, em números absolutos, quase a totalidade, até 50m<sup>2</sup>, o que condiz como moradias mais econômicas, sejam por menor condição econômica ou por se tratar de casa de passeio, sem a necessidade de grandes áreas construídas.

Figura 6 – Classificação de renda, tipo de uso do imóvel e metragem quadrada do imóvel



Fonte: Elaboração dos autores (2020)

Esta classificação de dados de renda, tipo de uso do imóvel e metragem quadrada do imóvel auxilia a identificar, primeiramente, que a renda mais alta, acima de R\$ 4 mil mensais, faz mais uso para passeio do que para moradia, e que a maior parte das casas está entre 51m<sup>2</sup> e 100m<sup>2</sup>, mesmo quando para moradia. As famílias com renda entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil utilizam seus imóveis praticamente para passeio, sendo seis imóveis para este fim contra apenas um para

moradia, porém a maior parte dos imóveis pertencentes às famílias com esta renda tem área inferior a 50m<sup>2</sup>. Nas famílias com renda mensal entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil o uso maior é para moradia e em geral as casas ficam com área entre 51 e 100m<sup>2</sup>. Por fim, nas famílias com renda até R\$ 1 mil o uso é estritamente para moradia, com casas de no máximo 100m<sup>2</sup>.

O percentual dos entrevistados que possuem outra casa é de 64%. Estes resultados independem da questão anterior que pergunta se a casa é a principal de uso da família, pois tanto quem usa a casa do loteamento como principal ou não, pode ter outra casa como propriedade. Do total dos entrevistados, 14 responderam terem mais casas, enquanto oito responderam não possuir outra unidade habitacional.

A maior parte das pessoas está em posse da casa localizada nos loteamentos visitados há mais de um ano, sendo mais da metade delas com propriedade há mais de três anos. Isto indica que poucos são os empreendimentos novos e finalizados nestes loteamentos, porém é importante lembrar que foram descartadas as casas em construção quando contabilizou-se o total de casas nos loteamentos e estas não teriam entrevistados residindo nelas ainda.

Em relação ao motivo de ter escolhido aquele local para aquisição do imóvel a justificativa mais citada foi a proximidade com a natureza por 63% dos entrevistados (14 vezes), fato que é comum em loteamentos e condomínios próximos a zonas rurais (VEIGA, 2006) (VEIGA, 2007) (NASCIMENTO, SOUZA, CRUZ, 2010), seguido da proximidade com familiares, citado por 36% dos respondentes (8 vezes) como motivação para a aquisição do imóvel.

Fica claro, pelas respostas obtidas, que os fatores pessoais, de maior sensibilidade pessoal, são os maiores atrativos para levar as pessoas a ocuparem os ambientes destes loteamentos. A proximidade com a lagoa, geralmente com acesso direto, regiões de mata não alterada bem próximas, o pouco fluxo de pessoas e veículos, formam um ambiente convidativo, representado nas respostas obtidas com esta pergunta.

Por fim, fez-se uma pergunta mais subjetiva: “Você se sente parte da cidade?”. A intenção com esta questão foi verificar se as pessoas continuam se considerando como integrantes da vida da cidade, mesmo morando distantes do núcleo urbano. Cerca de 18% disseram não saber responder, ao passo que 82% se sentem como partes da cidade de Osório, sugerindo que as pessoas não se sentem, em geral, afastadas do circuito da cidade, mesmo morando distantes das urbanidades que o centro oferece, e ao contrário, se sentem, a grande maioria, como parte da cidade, exercendo seu papel de cidadão em localidades rurais, reafirmando a integração entre urbano e rural.

Verificou-se que estes loteamentos estão sendo ocupados para fins de moradia pelas classes C2, D e E; e que a classe C1, segundo critérios da ABEP (2015) e as classes mais altas ocupam estes imóveis, prioritariamente para fins de segunda residência, ou casa de passeio, mas que as mais diversas situações ocorrem nestes locais, indicando um processo, de certa forma, democrático de ocupação destes loteamentos, no sentido de não haver - ainda – um processo de gentrificação ocorrendo nestes espaços.

Em linhas gerais, esta pesquisa buscou identificar o perfil das pessoas, intenções de uso, disponibilidade financeira e em quais condições de habitação elas se encontram na ocupação destes loteamentos localizados afastados de centro urbano de Osório, que num futuro próximo, provavelmente, tornar-se-ão bairros ou condomínios privados. Dessa forma, pode se observar como nestes loteamentos está ocorrendo o processo de urbanização das áreas rurais, ou ainda, como esses locais estão experimentando o “novo rural”.

## **5 Considerações finais**

Ao analisar o processo de urbanização do espaço rural, através de sua ocupação por loteamentos em locais de proximidade com a natureza, especificamente na cidade de Osório, foi possível identificar as modificações que o meio rural vem sofrendo, sendo um fenômeno de certa forma recente que pode ser extrapolado para a maioria dos municípios de porte médio brasileiros. O fenômeno observado de certo modo contraria algumas previsões que davam conta de um rural que sucumbiria ao urbano. Como bem trata Hespanhol (2013), o que se vê é um novo rural, com novas dinâmicas, mais parecido com o urbano, em seu aspecto social, mas mantendo suas características geográficas, que são, na verdade, o principal motivo deste movimento de ascensão e que desperta o interesse por seu uso das mais variadas formas, seja para uso de residência fixa ou como casa de passeio, seja para o cultivo familiar de subsistência, seja para a prática esportiva e/ou de turismo. O urbano e o rural se aproximam cada vez mais, num sentido de complementaridade.

Neste contexto do “novo rural”, os loteamentos da localidade do Palmital, em Osório, estão se apresentando como prenúncios de um crescimento da cidade, que se dará por ali, haja vista a estrutura que já toma forma nestes locais. É certo também que há uma tendência pela ocupação de lugares menos estressantes, mais familiares e conectados com a natureza e isto oferece uma possibilidade de melhor qualidade de vida, especialmente para quem busca fugir dos problemas da cidade grande (CAPEL, 2013). A questão que surge é se esta ocupação que hoje

permite o convívio com o meio natural permanecerá na medida em que estes locais forem sendo mais ocupados, visto que ainda possuem muitos lotes desocupados.

Hoje, porém, seu uso é ainda menos agressivo e intenso, considerando a grande parcela de pessoas que ocupa o local para passeio, sem fixar moradia. Entretanto, é importante para o adequado desenvolvimento local que este lugar seja analisado e planejado, afinal ele traz situações ímpares de convívio com o meio natural.

Seu crescimento e conseqüente uso massivo, assumindo, possivelmente no longo prazo, uma dinâmica mais ativa de produção, comércio e serviços poderá trazer problemas de gestão para o meio ambiente e sociedade, não só a local, mas toda a comunidade da região que se beneficia dos aspectos naturais do lugar para os mais diversos fins.

A experimentação do meio rural tem se apresentado ainda lenta em Osório, mas tem acelerado gradativamente com o passar dos anos, trazendo boas perspectivas de crescimento e desenvolvimento para o município. No entanto, é um desafio que merece mais atenção da administração pública, tanto no sentido de promover melhorias para estas comunidades, quanto para planejar o adequado crescimento e ocupação destes espaços.

Hoje estas áreas ainda são refúgios naturais e atrativos para o turismo e para um perfil de pessoas que prefere morar no “campo” e trabalhar na “cidade”, mas que num futuro próximo, sem o devido controle e sem um plano adequado, podem se tornar áreas degradadas, sem valor econômico e/ou social.

## Referências

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério Brasil 2015**. ABEP, 2015. <Disponível em: <http://www.abep.org/>>. Acesso em: 08/04/2015.

CAPEL, Horacio. Crisis de Los Modelos Urbanos: Una Mirada Hacia El Futuro. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**. v. 12, n. 2, p. 7-27, 2013.

CASSILHA, Gilda; CASSILHA, Simone. **Planejamento Urbano e Meio-ambiente**. Curitiba: IESDE, 2012.

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Hacia una nueva definición de “rural” con fines estadísticos en América Latina**. Santiago de Chile, 2011. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/3858-nueva-definicion-rural-fines-estadisticos-america-latina>>. Acesso em: 20/05/2015.

CHEMIN, Marcelo; ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. Integração Territorial do Litoral do Estado do Paraná (Brasil): Transportes, Balnearização e Patrimonialização na Formação e Dinâmica do Espaço Turístico. **Revista RA´E GA**, v. 31, p. 212–239, 2014.

DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem. **Mapas Rodoviários**. Disponível em: <[http://www.daer.rs.gov.br/site/forca\\_download.php?arquivo=arquivos/sistemas/arquivo23\\_316.jpg](http://www.daer.rs.gov.br/site/forca_download.php?arquivo=arquivos/sistemas/arquivo23_316.jpg)>. Acesso em: 12/04/2015.

DUARTE, Vítor André da Silveira Duarte. **Potencialidades para o desenvolvimento do município de Osório: Levantamento e análise das cadeias produtivas locais à luz dos quocientes locais**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara. Taquara, 2016. Disponível em:

HESPAHOL, Rosângela Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Fornecido em meio eletrônico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/osorio/panorama>>. Acesso em: 02/06/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05/04/2015.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. **Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/S%C3%A9rie-DRS-vol-21-p.-413-471.pdf>>. Acesso em: 10/05/2015.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3280>>. Acesso em: 10/05/2015.

LOCATEL, Celso Donizete. Da Dicotomia Rural-Urbano à Urbanização do Território no Brasil. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, v. 12, n. 2, p. 85-102, 2013.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre** – Associação Brasileira de Geógrafos, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MORIGI, Josimari de Brito; BOVO, Marcos Clair; TÖWS, Ricardo Luiz. Processos de Formação Socioespacial e de Produção do Espaço Urbano de Mamborê (PR). Brasil. **Geo UERJ**, v. 23, n. 1, p. 223-243, 2014.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SOUZA, Marcos José Nogueira de; CRUZ, Maria Lúcia Brito da. Diagnóstico Socioeconômico da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité – Ceará. **Revista RA´E GA**, n. 20, p. 19-33, 2010.

Município de Osório. Gabinete do Prefeito Municipal de Osório. **Plano diretor**, 2006. Disponível em: <[http://www.osorio.rs.gov.br/sites/9100/9172/01.Osorio\\_Planodiretor\\_Lei3.902\\_2006\\_alteradoLeis4.213\\_20084.874\\_20115.098\\_2013.pdf](http://www.osorio.rs.gov.br/sites/9100/9172/01.Osorio_Planodiretor_Lei3.902_2006_alteradoLeis4.213_20084.874_20115.098_2013.pdf)>. Acesso em: 05/04/2015.

MUNIZ, Wagner; SOUZA, Daniel Delfino. Reflexões Sobre a Urbanização do Rural e as Contradições Impostas Pela Modernização do Campo. **Controle Social e Desenvolvimento Territorial**, v. 4, n. 4, p. 79-91, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas, 2019. **População mundial deve ter mais 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676601>>. Acesso em: 29/11/2020.

ONU – Organização das Nações Unidas, 2019b. **Batalha do clima será ganha ou perdida nas cidades**. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690541> >. Acesso em: 29/11/2020.

REIS, Douglas Sathler dos. O Rural e Urbano no Brasil. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: ABEP, 2006.

RUFINO, Ana Maria. Osório: de Estância da Serra à Terra dos Bons Ventos. **Osório** [s.n.], 2007.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Marina Raymundo. **Navegação Lacustre Osório – Torres**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SOUZA, Angela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re) Qualificando a questão para Salvador- BA. **Cadernos Metrópole**, v. 5, p. 63-89, 2001. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9297/6901> >. Acesso em: 10/05/2015.

STROHAECKER, Tânia Marques; FUJIMOTO, Nina Simone V. Moura; FERREIRA, Anelise Helm; KUNST, Aline Vicente. Caracterização do uso e ocupação do solo dos municípios do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. Editora UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p. 75-98, jan./jun. 2006. STROHAECKER, Tânia Marques; TOLDO JUNIOR, Elírio E.. **O Litoral Norte do Rio Grande do Sul como um pólo de sustentabilidade ambiental do Brasil Meridional**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. , p.0-1, ago. 2007.

TALASKA, Alcione; ARANTES, Almir; FARIAS, José Antônio Assumpção. A delimitação do urbano e o rural no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cuadernos de Geografía** – Revista Colombiana de Geografía. v. 18, p. 59-69, 2009.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 123-149, 2007.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, p.333-353, 2006.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; DUTRA, Eder Jardel da Silva; FONTOURA, Luis Fernando Mazzini. A relação entre o rural e o urbano: transformações e dinâmicas na formação espaço-temporal de Canguçu e Horizontina, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Geografia** (Londrina), v. 21, n. 3, p. 95-114, 2012.